

ESTATUTOS DA ESCOLA PROFISSIONAL DE NORDESTE

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

Denominação, Natureza, Duração e Sede

1. A Escola Profissional de Nordeste adopta a abreviatura de E.P.N., sendo criada no âmbito e alcance do Decreto-Lei n.º 4/98 de 8 de Janeiro, aplicado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 30/2000/A de 11 de Agosto, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/2005/A de 4 de Novembro e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2008/A de 6 de Março.
2. A E.P.N. é um estabelecimento de ensino de natureza privada que prossegue fins de interesse público e goza de autonomia cultural, tecnológica, científica e pedagógica.
3. A E.P.N. exerce as funções por tempo indeterminado.
4. A E.P.N. tem a sua sede no Concelho de Nordeste, ilha de São Miguel, estando sujeita à tutela científica, pedagógica e funcional da Secretaria Regional que tutela a Educação através da Direcção Regional da Educação.
5. A E.P.N. tem como entidade proprietária a Fundação Padre José Lucindo da Graça e Sousa.

ARTIGO 2.º

Objectivos

Constituem objectivos da Escola:

1. Contribuir para a formação integral dos jovens, proporcionando-lhes, designadamente, preparação adequada para um exercício profissional qualificado;
2. Facultar aos alunos contactos com o mundo do trabalho e experiência profissional, preparando-os para uma adequada inserção;
3. Desenvolver mecanismos de aproximação entre a Escola e as instituições económicas, profissionais, associativas, sociais, culturais do respectivo tecido social;
4. Promover, conjuntamente com outros agentes e instituições locais, a concretização de um projecto de formação de recursos humanos qualificados que responda às necessidades de desenvolvimento integrado do País, particularmente nos âmbitos regional e local;
5. Facultar aos alunos uma sólida formação geral, científica e tecnológica capaz de os preparar para a vida activa e para o prosseguimento de estudos.

ARTIGO 3.º

Actividades curriculares e de suplemento curricular

1. As actividades curriculares são de índole pedagógica e correspondentes aos planos dos cursos.

2. Para além destas a E.P.N. promove actividades que visam, essencialmente, a formação de jovens desempregados e de activos, a prestação de serviços à comunidade em que se insere e a participação em projectos de investigação e desenvolvimento.

3. Por esta via procura que os alunos, professores e colaboradores adquiram experiência resultante de contactos directos com outras instituições e empresas, para uma correcta inserção no tecido produtivo.

CAPÍTULO II

ÓRGÃOS DA ESCOLA

ARTIGO 4.º

Órgãos

São órgãos da Escola:

- a) A Direcção Geral;
- b) A Direcção Técnico-Pedagógica;
- c) O Conselho Pedagógico

SECÇÃO I

DIRECÇÃO-GERAL

ARTIGO 5.º

Composição

1. A Direcção Geral é composta por:

- a) Um Director Geral, que preside
- b) Um Director Técnico-Pedagógico
- c) Um Director Administrativo e Financeiro

2. O Director Geral é substituído nas suas faltas e impedimentos pelo Director Técnico-Pedagógico e no impedimento deste pelo Director Administrativo e Financeiro.

ARTIGO 6.º

Designação

Os elementos da Direcção Geral são nomeados pelo Conselho de Administração da Fundação.

ARTIGO 7.º

Mandato

O mandato para os membros da Direcção Geral é de três anos sucessivamente renováveis, salvo deliberação expressa do Conselho de Administração da Fundação.

ARTIGO 8.º

Funcionamento

A Direcção Geral reúne mensalmente e sempre que o Director Geral ou a maior parte dos seus elementos o solicitar.

ARTIGO 9.º

Atribuições

A Direcção Geral é o órgão executivo da Escola e tem as seguintes atribuições:

- a) Dotar a Escola Profissional de estatutos;
- b) Assegurar a gestão administrativa da Escola, nomeadamente conservando o registo de actos de matrícula e inscrição dos alunos, garantindo a conservação dos documentos de registo das actas de avaliação, promovendo e controlando a emissão de certificados e diplomas de aproveitamento e habilitações e ainda a qualidade dos processos e respectivos resultados;
- c) Promover a execução das deliberações e orientações da Fundação Padre José Lucindo da Graça e Sousa;
- d) Participar na concepção e aprovação do plano anual de actividades da Escola e submetê-lo à aprovação da Fundação;
- e) Desenvolver iniciativas que integram a Escola no meio social, cultural e empresarial;
- f) Promover a realização dos estágios dos alunos;
- g) Propor à Fundação a aquisição de bens móveis necessários ao funcionamento dos serviços e a alienação dos que se mostrem dispensáveis;
- h) Assegurar a gestão e conservação do património da Fundação afecto à Escola;
- i) Preparar a proposta de orçamento, de acordo com o plano de actividades da Escola, bem como propor as respectivas alterações, e submetê-las à aprovação da Fundação;
- j) Elaborar anualmente o relatório de actividades, balanço e contas do exercício e submetê-los à aprovação da Fundação;
- k) Fixar, mediante proposta da Direcção Técnico-Pedagógica, o número de alunos a admitir pela Escola em cada ano lectivo;
- l) Informar quaisquer entidades sobre assuntos relacionados com a Escola;
- m) Exercício da acção disciplinar, cabendo deliberação à Fundação.

SUBSECÇÃO I

DIRECTOR GERAL

ARTIGO 10.º

Atribuições

O Director Geral tem as seguintes atribuições:

- a) Convocar as reuniões ordinárias da Direcção Geral e dirigir os respectivos trabalhos;
- b) Promover a execução das deliberações da Direcção Geral e da Fundação;
- c) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por deliberação da Direcção Geral e da Fundação;

- d) Assinar ou visar toda a documentação e correspondência;
- e) Propor para aprovação, à Fundação, orçamentos e propostas de aquisição de equipamento e bens essenciais e adequados ao funcionamento da Escola, previamente aprovados pela Direcção Geral;
- f) Gerir e dirigir o pessoal docente e não docente e controlar as respectivas faltas.

SUBSECÇÃO II

DIRECTOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

ARTIGO 11.º

Atribuições

1. O Director Administrativo e Financeiro tem as seguintes atribuições:

- a) A elaboração do projecto do plano financeiro anual;
- b) A elaboração do projecto de relatório das actividades e custos de exercício anterior;
- c) A execução de todas as directivas, despachos e deliberações proferidas pela Direcção Geral;
- d) Implementar os sistemas contabilísticos necessários ao normal funcionamento da Escola;
- e) Verificar e acompanhar o sistema de financiamento do Fundo Social Europeu;

SECÇÃO II

DIRECÇÃO TÉCNICO – PEDAGÓGICA

ARTIGO 12.º

Constituição, mandato e funcionamento

A Direcção Técnico-Pedagógica é um órgão individual composto pelo Director Técnico-Pedagógico, que deve ser detentor de habilitação profissional, nos termos do disposto nos pontos 2 e 4 do artigo 21 do DLR 26/2005/A de 4 de Novembro alterado pelo DLR 6/2008/A de 6 de Março, sendo nomeado pelo Conselho de Administração da Fundação nos termos do artigo 7.º e reúne com os restantes órgãos da Escola ou outros organismos sempre que for útil para o bom funcionamento da Escola.

ARTIGO 13.º

Atribuições

São competências da Direcção Técnico-Pedagógica:

- a) Organizar e oferecer os cursos e demais actividades pedagógicas e certificar os conhecimentos adquiridos;
- b) Conceber e formular, sob orientação da Fundação, o Projecto Educativo da Escola e adoptar os métodos necessários à sua realização;
- c) Assegurar e controlar a avaliação de conhecimentos dos alunos e realizar práticas de inovação pedagógica;
- d) Coordenar a aplicação do projecto educativo da escola;

- e) Coordenar a actividade educativa, garantindo designadamente, a execução das orientações curriculares, bem como as actividades de animação sócio-educativa;
- f) Orientar tecnicamente em matéria pedagógica toda a acção do pessoal docente, técnico e auxiliar;
- g) Organizar, de acordo com as normas de cada instituição, a distribuição do serviço docente e não docente;
- h) Propor à Direcção Geral o horário de funcionamento, de acordo com as necessidades dos alunos e das suas famílias, salvaguardando o seu bem-estar, o sucesso pedagógico e as normas da instituição;
- i) Representar a Escola junto da Administração Regional Autónoma em todos os assuntos de natureza pedagógica;
- j) Planificar as actividades curriculares;
- k) Promover o cumprimento dos planos e programas de estudos;
- l) Colaborar com a Direcção Geral na inventariação das necessidades da Escola, nomeadamente, em equipamentos, meios didácticos e em estruturas de apoio;
- m) Propor, para aprovação da Direcção Geral, o plano de estágio;
- n) Elaborar relatórios, pareceres e informações sobre questões técnicas;
- o) Garantir a qualidade de ensino;
- p) Zelar pelo cumprimento dos direitos e deveres dos professores e alunos.

SECÇÃO III

CONSELHO PEDAGÓGICO

ARTIGO 14.º

Constituição

O Conselho Pedagógico é composto por:

- a) O Director Geral, que preside;
- b) O Director Técnico-Pedagógico;
- c) Dois Encarregados de Educação;
- d) Um Aluno da Instituição;
- e) Dois Docentes da Instituição;
- f) Um representante da Associação de Estudantes, quando exista;
- g) Outros membros, de acordo com o que esteja fixado nos estatutos ou regulamentos da instituição.

ARTIGO 15.º

Designação

1. Os elementos referidos em *c)* são eleitos por escrutínio secreto entre todos os encarregados de educação da Escola.

2. Os elementos referidos em *d)* e *e)* são, respectivamente, eleitos por escrutínio secreto entre todos os alunos, e todos os docentes que prestam serviço na Escola.

3. A eleição dos representantes a que se referem as alíneas *c)*, *d)* e *e)* do n.º anterior é feita em assembleias-gerais de cada um dos grupos a representar, convocadas pela Direcção da Instituição até 30 dias após o início das actividades anuais.

ARTIGO 16.º

Mandato

O mandato dos membros do Conselho Pedagógico tem a seguinte duração:

- a)* Três anos formativos para o Director Geral e Director Técnico-Pedagógico;
- b)* Um ano formativo para os representantes dos docentes, encarregados de educação e alunos;
- c)* Três anos formativos para os representantes das instituições locais e da autarquia;

ARTIGO 17.º

Funcionamento

1. O Conselho Pedagógico será presidido pelo Director Geral da Escola;
2. O Conselho reúne, extraordinariamente, sempre que o presidente o convoque ou a maioria dos seus membros o requeira e, ordinariamente, uma vez por trimestre durante o período de actividade da Escola;
3. As decisões do Conselho Pedagógico são tomadas por maioria, tendo o presidente voto de qualidade;
4. As reuniões do Conselho Pedagógico realizam-se sem prejuízo das actividades normais da Escola.

ARTIGO 18.º

Atribuições

Constituem atribuições do Conselho Pedagógico:

- a)* Coadjuvar o Director Pedagógico;
- b)* Cooperar na elaboração do Projecto Educativo da Escola;
- c)* Dar parecer sobre as necessidades de formação do pessoal docente e não docente;
- d)* Elaborar a proposta do plano anual de actividades e o respectivo relatório de execução;
- e)* Apresentar e apreciar os interesses dos pais e encarregados de educação;
- f)* Dar parecer sobre a organização funcional do estabelecimento;
- g)* Cooperar nas acções relativas à segurança e conservação do edifício e equipamento;
- h)* Dar parecer sobre o projecto educativo da escola;

i) Dar parecer sobre os cursos a oferecer e outras actividades pedagógicas e de formação a executar na escola.

CAPÍTULO III

FORMAÇÃO

ARTIGO 19.º

Do funcionamento dos Cursos

1. A Escola ministrará os cursos que, para cada ano, sejam aprovados;
2. Os cursos são organizados segundo níveis de qualificação profissional e com planos de estudo aprovados por Portaria do Secretário Regional que tutela a Educação.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 20.º

1. A Escola obrigar-se-á pelas assinaturas de dois dos seus directores, sendo uma delas obrigatoriamente a do Director Geral;
2. Todas as matérias respeitantes ao funcionamento interno da Escola, bem como às áreas e perfis de formação e regime de acesso, constarão do regulamento interno da Escola;
3. O suprimento de todas as dúvidas e omissões será realizado através da aplicação da legislação em vigor sobre a matéria.

Estes estatutos revogam e substituem os aprovados em 2001.

20 de Maio de 2010. - *Eduardo Manuel Pacheco de Medeiros*, Director Executivo; *Agostinho de Jesus de Sousa Lima*, Director Pedagógico; *Octávio Sérgio Coelho de Sousa*, Director Administrativo e Financeiro.